

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Altera o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

Art. 1º O art. 18; o § 2º do art. 20; o *caput* e o § 1º do art. 22; e o art. 28; todos do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. O Tribunal funcionará em Plenário, em uma Seção Cível, em Câmaras Reunidas e Câmaras Isoladas, cujas especialidades serão especificadas neste Código e no Regimento Interno.

§ 1º A Seção Cível será presidida pelo vice-presidente, que não exercerá as funções de relator e revisor e será substituído nas suas férias, licenças, ausências e impedimentos, pelo membro da Seção Cível mais antigo no Tribunal.

§ 2º São oito as câmaras isoladas, divididas em três criminais e cinco cíveis.

§ 3º As câmaras isoladas, cíveis e criminais, serão compostas de três desembargadores, e presididas, em sistema de rodízio, a cada ano, pelo desembargador mais antigo na câmara, que também exercerá as funções de relator e revisor.

§ 4º As Câmaras Criminais Reunidas serão compostas pelos respectivos membros das câmaras isoladas criminais, e presididas pelo membro mais antigo no Tribunal, que também exercerá as funções de relator e revisor.

§ 5º São duas as câmaras cíveis reunidas, compostas pelos respectivos membros das câmaras cíveis isoladas e presididas pelo membro de cada uma dessas câmaras cíveis reunidas mais antigo no Tribunal, que também exercerá as funções de relator e revisor.

I – as Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, com oito membros, serão compostas pelos membros da 1ª e 2ª câmaras cíveis e pelos dois membros da 5ª Câmara Cível mais antigos no Tribunal;

II – as Segundas Câmaras Cíveis Reunidas, com sete membros, serão compostas pelos membros da 3ª e 4ª câmaras cíveis e pelo membro da 5ª Câmara Cível menos antigo no Tribunal;

§ 6º As competências do Plenário, da Seção Cível, das Câmaras Reunidas e das Câmaras Isoladas serão fixadas no Regimento Interno.

§ 7º Ocorrendo vaga no Tribunal, será facultado aos desembargadores requererem remoção, até a posse do novo desembargador, dando-se preferência ao requerente mais antigo.

§ 8º Terminados seus mandatos ou cessadas suas funções, o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça integrarão as câmaras a que pertenciam seus respectivos sucessores.

§ 9º No caso do parágrafo anterior, se os seus sucessores não integravam câmaras, o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça preencherão respectivamente as vagas dos que passaram a ocupar os lugares deixados por aqueles.

Art. 20. ...

...

§ 2º Ocorrendo vacância do cargo de desembargador dentre os integrantes do quinto constitucional, o preenchimento se dará por representante da categoria que originou a vaga, observado o disposto no § 1º do art. 100 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/79).

...

Art. 22. O Plenário funcionará com a presença, pelo menos, de dezesseis desembargadores, incluindo o presidente; e os seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

§ 1º A Seção Cível funcionará com pelo menos oito desembargadores, não incluído o presidente; as duas câmaras cíveis reunidas funcionarão com no mínimo cinco desembargadores cada uma, incluído o seu presidente; e as Câmaras Criminais Reunidas, com cinco desembargadores, além do seu presidente.

...

Art. 28. Ordinariamente, o Plenário e as câmaras isoladas reunir-se-ão uma vez por semana; a Seção Cível, uma vez por bimestre; e as câmaras reunidas, duas vezes por mês.

Parágrafo único. Serão realizadas sessões extraordinárias sempre que restarem em pauta ou em Mesa mais de quinze feitos sem julgamento nos casos do Plenário, das Câmaras Reunidas ou Isoladas; e mais de dez feitos no caso da Seção Cível; ou ainda, a juízo do presidente do Tribunal, do presidente da Seção Cível, dos presidentes das Câmaras Reunidas ou das Câmaras Isoladas, quando requerido pelo interessado.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.